

*CURSO ON-LINE
AO VIVO*

CURSO DE FORMAÇÃO DO PROCURADOR
MUNICIPAL: FUNDAMENTOS ESSENCIAIS AO
EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO



MINISTRANTE

Ailor Carlos Brandeli
Carlos Alberto Lunelli
Darcí Reali

IEM INSTITUTO
DE ESTUDOS
MUNICIPAIS

Formação do procurador municipal: fundamentos essenciais ao exercício de cargo público

Curso ao Vivo e 100% on-line, na Plataforma Moodle do IEM

Data e horário: 26 de maio de 2021, das 9h às 12h e das 14h às 17h.
27 de maio de 2021, das 9h às 12h.

Inscrições: Em www.iem.inf.br, até o dia 21 de maio.

Valor especial do 1º lote, para inscrições realizadas até o dia 03 de maio.

Vagas limitadas!

Objetivos:

- a) Qualificar os agentes políticos e os servidores sobre os processos de implementação e controle do plano de governo;
- b) Oferecer subsídios básicos acerca da atuação preventiva, envolvendo os procedimentos administrativos, as licitações, o setor fiscal, os processos comuns do contencioso e outros institutos jurídicos importantes.
- c) Contribuir para a atuação qualificada na defesa dos interesses municipais no âmbito administrativo e no contencioso.

Considerações importantes

A atuação do profissional da Advocacia no âmbito da Administração Pública requer conhecimento de múltiplos institutos jurídicos que diferenciam substancialmente o Direito Público dos demais ramos do Direito.

Na medida em que é competência do Procurador Municipal a orientação e a emissão de pareceres sobre a legalidade dos atos e processos administrativos, cresce a responsabilidade deste profissional, que também pode responder civil, penal e administrativamente pelas inadequações decorrentes de sua atuação.

Público-Alvo:

- O curso é dirigido aos Procuradores-Gerais, procuradores, assessores jurídicos, advogados e assessores jurídicos terceirizados, bem como aos demais servidores com formação jurídica que contribuem com os titulares dos cargos referidos.

DADOS DO CURSO

- Chefes de Gabinete, Secretários Gerais de Governo e de Administração.
- Procuradores e assessores jurídicos da Câmara Municipal de Vereadores.

Carga horária:

10 horas-aula, composta por videoconferências ao vivo, complementadas pelo acompanhamento e leitura do material didático. Com chat à disposição para manifestações e perguntas.

Certificado:

Para todos que assistirem as aulas ao vivo, nos dias indicados, com assinatura no chat disponibilizado no ambiente virtual do curso.

Requisitos:

Antes do início da videoconferência, os requisitos abaixo listados devem ser avaliados para o bom funcionamento da plataforma e aproveitamento do curso. Recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

- Boa conexão de internet, preferencialmente via cabo, com velocidade mínima de 10mbps.
- Webcam e microfone.
- Sistema de sonorização com qualidade (preferencialmente fones de ouvido).
- Navegador: Google Chrome, Mozilla Firefox ou Microsoft Edge.

Importante: A qualidade da transmissão de vídeo e áudio, dependerá das especificações mínimas recomendadas acima.

Ministrante:

Ailor Carlos Brandeli. Advogado. Especialista em Direito Processual (2007), Mestre em Direito Ambiental e Relações de Trabalho (2011) e Doutorando em Direito Ambiental e Novos Direitos (2018), todos pela Universidade de Caxias do Sul (RS). Advogado sócio da LUNELLI, RIBEIRO e BRANDELLI Advogados Associados. Procurador de Município no RS (2006 – 2011). Docente na graduação e especialização na FTEC de Bento Gonçalves (2011-2016). Exerce a advocacia atuando nas áreas de Direito Civil, Penal, Administrativo, Trânsito, Eleitoral, Ambiental e Trabalhista.

DADOS DO CURSO

Carlos Alberto Lunelli. Advogado. Doutor em Direito Público. Mestre em Direito e Especialista em Teoria Geral do Direito. Ex-sócio do IEM e atual integrante do corpo técnico de colaboradores do Instituto. Procurador Geral de Município de Bento Gonçalves-RS (2009-2010). Graduado em Direito e Economia. Docente da graduação em Direito e dos cursos de pós-graduação da Universidade de Caxias do Sul. Docente em cursos de pós-graduação. Autor de artigos e livros científicos, inclusive no âmbito tributário. Ampla experiência no exercício da Advocacia nas áreas de Direito Tributário, Administrativo, Civil e Trabalhista. Ampla experiência profissional na assessoria direta a Municípios (administrativa e defesa judicial) e na realização de cursos relacionados às áreas tributária, administrativa, civil, processual civil e ambiental.

Darcí Reali, advogado, mestre em Direito e docente da Universidade de Caxias do Sul, no Curso de Direito, Curso Superior de Gestão Pública e na pós-graduação em Direito de Estado e em Direito Ambiental (2005-2015). Diretor do IEM (1997-2018). Secretário Municipal de Administração (1993-1997) e assessor jurídico municipal (1997-2001). Autor e coautor de vários livros e dezenas de estudos direcionadas à Administração Municipal, nas áreas de direito constitucional, administrativo, tributário, ambiental, previdenciário e de trânsito. Atua há 23 anos, através do IEM, na assessoria e consultoria jurídica e administrativa de Municípios. Ministra cursos e treinamentos (em diversos Estados do Brasil) relacionados aos aspectos legais, administrativos e gerenciais dos municípios.

Como funcionam nossos cursos on-line ao vivo?

O aluno deverá estar presente nos encontros agendados para as aulas ao vivo. As videoconferências ficarão disponíveis, na plataforma Moodle do IEM, pelo período de 5 dias, após o início do curso.

A obtenção do certificado dependerá da frequência do aluno nas aulas ao vivo e assinatura de termo.

Assim que o aluno tiver acesso à plataforma, poderá fazer download do e-book do curso e demais materiais que estiverem disponíveis. Os materiais em PDF ficarão disponíveis por 30 dias, contados da data do início do curso, para a visualização na plataforma Moodle do IEM.

As aulas serão ministradas nos dias e horários agendados na circular do curso, através de videoconferência, 100% ao vivo, em plataforma de transmissão online, com interação pelo fórum de discussão do curso.

Todos os conteúdos em PDF podem ser baixados durante o período do curso, incluindo apostila, preparada com muito zelo por nossos profissionais.

Na próxima página você encontrará a pauta do conteúdo!

DADOS DO CURSO

Investimento:

Quantidade de Participantes por Inscrição	1º lote	2º lote
1 participante	R\$ 670,00	R\$ 710,00
2 participantes	R\$ 650,00 por pessoa	R\$ 690,00 por pessoa
3 participantes	R\$ 590,00 por pessoa	R\$ 630,00 por pessoa
4 ou mais	R\$ 560,00 por pessoa	R\$ 600,00 por pessoa

Mais informações sobre as datas de cada lote em nosso site, www.iem.inf.br

Importante: A inscrição será confirmada após o pagamento ou envio do empenho.

Pauta do Curso**I - RESPONSABILIDADE CIVIL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

1. As responsabilidades jurídicas
2. Responsabilidade Objetiva e Subjetiva
3. Dano
4. Relação de causalidade
5. Responsabilidade do Estado
6. Causas de irresponsabilidade do Estado
7. Direito de regresso do Estado contra o agente
8. Denúnciação à lide

II – A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. Fundamentos sobre IPTU
2. Fiscalização e cobrança da dívida ativa
3. Procedimentos Administrativos de cobrança
4. Lançamento e prescrição
5. Inscrição da dívida ativa
6. Limpeza do cadastro da dívida ativa
7. Cobrança judicial da dívida ativa
8. Interposição de Embargos
9. Cancelamento da inscrição e extinção da execução
10. Interrupção da prescrição e prescrição intercorrente

III – LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E INOVAÇÕES NORMATIVAS APLICÁVEIS

1. Conceito e finalidades da licitação
2. Publicidade dos Atos Licitatórios
3. Asseguração do tratamento igualitário entre os licitantes
4. Vinculação ao edital
5. Objetividade na apreciação das propostas
6. Legalidade, Impessoalidade, Moralidade e Probidade

DADOS DO CURSO

7. Cuidados na definição do objeto da licitação
8. Modalidades de licitação
9. Apontamentos acerca da obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade da licitação
10. Anulação e revogação das licitações e contratos administrativos

IV – O MINISTÉRIO PÚBLICO E OS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

1. As atribuições constitucionais e legais do Ministério Público
2. Os requerimentos formulados à Administração e as cautelas a serem adotadas
3. Os Termos de Ajustamento de Conduta – TACs e os critérios de valoração da Administração
4. Os efeitos legais dos TACs e as cautelas da Administração

V – AS AÇÕES JUDICIAIS VOLTADAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – FUNDAMENTOS

1. O Mandado de Segurança: pressupostos e consequências
2. A Ação Civil Pública e a defesa municipal
3. A Ação Popular: objeto e fundamentos
4. A Ação Civil por Atos de Improbidade

VI – O CONTROLE DISCIPLINAR DA CONDUTA DOS SERVIDORES

1. A sindicância, o Processo Administrativo Disciplinar e as demais espécies ritualísticas
2. O Direito aplicável na disciplina funcional dos servidores
3. Os princípios aplicáveis ao rito de investigação
4. As medidas disciplinares a serem aplicadas
5. O Procurador Municipal e a atuação no âmbito da sindicância e PAD

VII – O DIREITO APLICÁVEL NA AVALIAÇÃO DOS ATOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

1. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e as disposições aplicáveis no âmbito administrativos
2. Os princípios aplicáveis à Administração Pública
3. A jurisprudência aplicável e a valoração do Direito vinculante
4. A doutrina e as demais fontes aplicáveis
5. A motivação dos atos administrativos e do Direito acolhido

VIII – A INICIATIVA POLÍTICA E MATERIAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. A distribuição de competências no âmbito constitucional
2. A iniciativa exclusiva, privativa, concorrente e suplementar
3. Os conflitos de competência e as hipóteses de inconstitucionalidade
4. A competência material e o agir dos Municípios
5. As diversas espécies normativas e regulamentares e os critérios definidores da espécie cabível